



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A ADEQUAÇÃO CURRICULAR COMO POSSIBILIDADE À INCLUSÃO
ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PEREIRA PINTO NO MUNICÍPIO
DE CARINHANHA-BAHIA**

KELMA CRISTIANE SILVA SANTOS

ORIENTADOR(A): PROFA. MESTRE GEANE DE JESUS SILVA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

KELMA CRISTIANE SILVA SANTOS

**A ADEQUAÇÃO CURRICULAR COMO POSSIBILIDADE À INCLUSÃO
ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PEREIRA PINTO NO MUNICÍPIO
DE CARINHANHA-BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Profa. Mestre Geane de Jesus Silva

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

KELMA CRISTIANE SILVA SANTOS

A ADEQUAÇÃO CURRICULAR COMO POSSIBILIDADE À INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PEREIRA PINTO NO MUNICÍPIO DE CARINHANHA-BAHIA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

GEANE DE JESUS SILVA

(Orientador)

ELEN DE SOUSA GONZAGA

(Examinador)

KELMA CRISTIANE SILVA SANTOS

(Cursista)

BRASÍLIA/2015

Dedico este trabalho a todo educador que tem a coragem de quebrar paradigmas e de construir uma nova escola que esteja, de fato, convivendo conhecendo e acolhendo os alunos que precisam ser inclusos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu força e me estimula a cada dia há nunca desistir;

À minha filha Lucivânia com sua paciência e seu apoio;

Aos meus pais, que me deram a vida e me ensinaram a viver com dignidade;

Aos meus irmãos e sobrinha por estarem sempre ao meu lado e incentivando-me com uma palavra de carinho;

Ao meu namorado, por sempre estar ao meu lado, me apoiando e incentivando-me;

À minha Instituição pela oportunidade de ter realizado esse curso tão especial.

À colega Synara, pelo companheirismo e amizade não só construída ao longo dessa jornada;

À Secretaria de Educação e à Escola da Rede Municipal de Ensino de Carinhanha, pela disponibilidade e receptividade para com minha pesquisa;

E, a minha orientadora, Geane de Jesus, pela dedicação e apoio. “Pois, mais do que conhecimento, o que faz o verdadeiro mestre é a dedicação”!

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar as possibilidades de adequação curricular que a escola está preparada para fazer de modo a favorecer a inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais – NEE em uma escola da zona rural do Município de Carinhanha-Bahia. A pesquisa teve como base metodológica a abordagem qualitativa, investigando a realidade dessa escola a partir de entrevista semiestruturada com doze professores que trabalham com esses alunos tanto na sala de aula como na sala de recursos multifuncionais. Como resultado observou-se que os professores, a coordenadora e a diretora percebem o processo de inclusão de modo positivo, porém dificuldades encontradas pelos mesmos como: a grande necessidade de cursos de qualificação para atuarem com as necessidades educacionais especiais dos alunos, como também a preparação de toda a escola, impossibilita o alcance dessa meta. Por fim, esse trabalho demonstra a necessidade de investimento em formação docente, em supervisão do trabalho pedagógico para atender à diversidade na escola e utilização de recursos e tecnologias para a inclusão não apenas do aluno com NEE, mas de todos os alunos e atualização do Projeto Político Pedagógico - PPP e sua efetiva prática em articulação com a realidade escolar.

Palavras-Chave: Adequação curricular. Professores. Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Educação Inclusiva.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Educação inclusiva	11
2.2 Currículo e Adequação curricular	12
2.3 Educação Inclusiva e PPP	16
2.4 Direito de aprendizagem do ANEE	19
3.OBJETIVO GERAL	22
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
4.METODOLOGIAS	23
4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia	23
4.2- Contexto da Pesquisa	23
4.3- Participantes	24
4.4 – Materiais e Instrumentos de Construção de Dados	25
4.6- Procedimentos de Construção de Dados	25
4.7- Procedimentos de Análise de Dados	26
5.RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1 Inclusão escolar e Educação inclusiva	25
5.2 Percepção dos professores/escola que atuam com alunos deficientes sobre a inclusão destes alunos em sala de aula	31
5.3 Estratégias e adequações para a promoção da inclusão escolar no estudante com necessidade educacional especial	36
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICES	44
A. Questionário para professores, secretário, diretor e coordenadora	45
B. Roteiro de entrevistas para professores, secretário, diretor e coordenadora	46
ANEXOS	47
A. Carta de Apresentação	48

B. Aceite Institucional	49
C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Coordenador	50
D. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Diretor	51
E. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor	52

I – APRESENTAÇÃO

Com a legislação educacional brasileira sobre educação especial e inclusão escolar abrem-se possibilidades à superação de obstáculos ao desenvolvimento social dos indivíduos com necessidades educacionais dentro das unidades escolares. Desse modo, esse trabalho objetiva pesquisar e analisar as práticas demandadas por currículo escolar visando saber se houve intervenções/adaptações para que melhor atendessem os alunos com necessidades educacionais especiais – ANEE em sala de aula.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância do que se trabalha no campo da real proposta de inclusão escolar, porque na teoria há a orientação de se adaptar o currículo escolar como uma ferramenta fundamental ao desenvolvimento de uma educação inclusiva. Assim, a adequação curricular é um subsídio que pode ajudar a nortear a prática docente, fazendo do espaço escolar um verdadeiro espaço propício à aprendizagem dos alunos, possibilitando-lhe o sucesso escolar.

Contudo, diante desse contexto, as diferentes situações que observo no cotidiano da escola, levam - me a questionar: será que os nossos alunos com necessidades educacionais especiais estão realmente incluídos na escola a partir de adequações curriculares necessárias às suas necessidades? E em relação ao meu município?

O município de Carinhanha conta com alunos especiais incluídos em sala de aula, mas não é difícil perceber que compõem apenas a estatística, pois não há um desenvolvimento significativo para a vida do aluno, tanto dentro da escola, como fora dela. É perceptível nas falas dos professores uma inquietação ao tomar ciência que na sala encontrará alunos especiais. São registradas com frequência resistências dos professores e direções, manifestadas através de questionamentos e queixas ou até mesmo com expectativas de encontrar soluções mágicas e estratégias de aplicação imediata, causando-lhes certa decepção e frustração, quando se dão conta que a realidade é bem outra. O problema se agrava quando o professor julga ser dependente de apoio ou assessoria de profissional da área da saúde para realizar seu trabalho. Nesse caso, a questão clínica se sobressai e novamente o pedagógico fica esquecido, pois o aluno passa a ser visto como doente, parece que o professor esquece do seu papel.

Esse contexto gerou meu interesse de pesquisa. Para isso, foi escolhida uma realidade de uma escola pública desse município. A pesquisa teve o objetivo de investigar os impasses ou possibilidades que levam a escola a trabalhar com as adequações curriculares em consonância com seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de modo a atenderem todos os alunos e quais dificuldades os professores têm em lidar com os mesmos.

Por se tratar de uma instituição escolar com o número bem considerado de crianças com necessidades educacionais especiais e sendo um local no qual já trabalhei como docente, percebi a necessidade de obter informações sobre o procedimento de adequações dos trabalhos pedagógicos para os alunos e como os profissionais agiam diante dos recursos que a escola oferece para atender os alunos dessa unidade.

Para a aquisição de dados foram feitas: observações e utilizações de questionário semiestruturado onde teve a participação do corpo docente e coordenação dessa escola localizada a zona rural do município de Carinhanha - BA, que atuam direto e indiretamente com os alunos de necessidades educacionais especiais.

Os resultados pautam este trabalho que está organizado nos seguintes capítulos: Objetivos, apresentando as metas do trabalho, na Fundamentação Teórica tratamos dos referenciais teóricos, na Metodologia na qual são detalhados os procedimentos adotados para organizar a pesquisa, o Resultado e a Discussão teórica, por meio do qual os dados são descritos e analisados a partir dos eixos norteadores e a teoria que fundamenta o trabalho e, por fim, nas Considerações Finais são apresentadas as conclusões finais.

II- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação inclusiva

A proposta da Educação Inclusiva requer das escolas uma prática transformadora que leve ao trabalho com o conhecimento diversificado onde seja considerado todo o seu alunado, onde as necessidades educacionais dos discentes não sejam compreendidas como fator de dificuldade ou impossibilidade metodológica da prática pedagógica, mas sim como diversidade de oportunidade que esses estudantes têm de convivência e múltiplos aprendizados.

De acordo com Mantoan (2003, p.97), a

educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

No entanto, a escola para realmente ser inclusiva, exige mudanças em suas práticas que considerem e respeitem o seu alunado e o seu espaço, pois a mesma será a porta para que estes possam ser realmente cidadãos críticos, respeitando sua diversidade e sua individualidade.

Para complementar esse posicionamento, Correia (1997, p.47) coloca que ao

princípio da progressiva democratização das sociedades, refletindo o postulado na filosofia da integração e proporcionando uma igualdade de direitos, nomeadamente no que diz respeito à não discriminação por razões de raça, religião, opinião, características intelectuais e físicas, a toda a criança e adolescente em idade escolar.

Assim, para outros autores como Góes e Laplane (2004) a inclusão educacional implica em entender que a educação deve ser considerada como um ato mediador que leva o indivíduo a ser capaz de construir uma cidadania no qual haja uma integração entre homens no tríptico do universo para o mundo do trabalho e, da simbolização subjetiva para mediações institucionais da vida social.

Desta forma mostra que a prática pedagógica tradicional, baseada apenas na transmissão de conhecimento, é ineficaz para possibilitar processos de aprendizagem, tanto aos alunos com ou sem necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, a política de

inclusão escolar demonstra que considerar as especificidades de cada aluno é fundamental para garantir a qualidade de ensino para todos os alunos e não apenas para aqueles que apresentam dificuldades mais evidentes, lembrando que todos os alunos apresentam características físicas, comportamentais e emocionais próprias, sendo que devido à existência de tais características, adotar uma prática de ensino voltada para um conjunto homogêneo de alunos não alcança êxito.

Assim, afirma Mantoan (1997, p.14), é “através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora muitas outras instituições como a família ou a igreja tenham um papel muito importante, é da escola a maior parcela”.

Para complementar Sasaki, (1998, p.1) reafirma que

esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos se adaptando ao sistema educacional (escolas integradas).

Assim, essa nova concepção propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade e proporcionar adequações que atendam às necessidades requisitadas.

Nesse campo, vale ressaltar que a necessidade de cada um não muda a criança e muito menos diminui sua capacidade de interagir e construir uma sociedade de igualdade para todos. Principalmente ao considerar que, conforme afirmado pela Declaração de Salamanca (1994), “as diferenças humanas são normais” por esse motivo é preciso que o processo de ensino seja planejado considerando essa especificidade de cada estudante possibilitando que o processo de aprendizagem lhe proporcione o devido desenvolvimento.

Portanto, o indivíduo com direitos educacionais especiais almeja uma educação que o favoreça e que o leve ao desenvolvimento de suas habilidades. É esperado, contudo, que ela possibilite ao mesmo construir e aplicar seus conhecimentos no dia a dia. Para tanto, fica bem claro que políticas públicas educativas devem conter uma proposta ressignificando a prática pedagógica nas classes comuns, considerando a aprendizagem de qualidade e mantendo uma atenção à diversidade buscando um clima afetivo e acolhedor em todos os

momentos de interação no meio escolar.

2.2 Currículo e Adequação curricular

O currículo escolar deve promover mudanças que estruturam a proposta pedagógica onde possa atender as necessidades educacionais especiais de cada aluno, observando e revisando constantemente os aspectos que levem à inclusão escolar da criança principalmente, por meio da adequação da prática pedagógica que deve ser considerada e atendida de acordo à condição individual de cada um. Como diz Rodrigues (2001, p.29)

currículo em sentido lato, é todo o conjunto de experiências planejadas proporcionadas a um indivíduo ou grupo, tanto em atividades acadêmicas como em outros contextos habitativos, com vista a melhorar a sua inclusão social e a sua qualidade de vida.

Para tanto, vale destacar que esse currículo pode ser adaptativo para que atenda à necessidade dos estudantes, essa flexibilidade se deve ao objetivo de que o mesmo esteja a serviço da aprendizagem do sujeito e não este a mercê daquele. Assim, segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN Adaptações Curriculares em ação* (1998, p. 33), as

adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.

Dentro deste contexto, deve haver a preocupação em analisar a atual política educacional de inclusão, visando o comprometimento em ofertar a educação para todos onde o aluno é atendido de acordo a sua necessidade educacional especial e demonstrando através da mesma, o seu desenvolvimento, sua integração e sua participação diante de uma adaptação curricular que atenda todos os alunos em uma educação de qualidade.

Nesse intuito, devemos focalizar na transformação da escola, intervindo sempre que necessário desde a estrutura física até redefinição do currículo escolar como proposta de uma educação de qualidade onde todas as demandas sejam atendidas, pois fica claro na LDB que a escola é um espaço composto e amplo por diferentes e diversos estilos, habilidades e culturas individuais e que dentro dela deve ser ofertado uma educação de

qualidade a todos respeitando e promovendo um ensino/aprendizagem a cada um.

Para complementar Aranha (2002, p.5) acrescenta que as

Adaptações Curriculares, então, são os ajustes e modificações que devem ser promovidos nas diferentes instâncias curriculares, para responder às necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem.

Ao se redefinir as proposta curricular é necessário que o projeto político pedagógica da escola juntamente com o planejamento de ensino devam considerar os objetivos e as estratégias que garantem a possibilidades de aprendizagens e uma ampliação de acesso não só aos conteúdos escolares que facilitem o seu acesso ao conhecimento, mas a um todo em geral construir uma escola inclusiva exigirá esforços de toda a comunidade escolar no âmbito político, administrativo e pedagógico, envolvendo mudanças nos níveis:

- *arquitetônico* (eliminação ou desobstrução de barreiras ambientais);
- *atitudinal* (prevenção e eliminação de preconceitos, estereótipos, estigmas e quaisquer discriminações);
- *comunicacional* (adequação de código e sinais);
- *metodológico* (adequação e flexibilização de técnicas e teorias, abordagens e métodos pedagógicos);
- *instrumental* (adaptação de aparelhos, materiais, recursos e equipamentos pedagógicos);
- *pragmáticos* (eliminação de barreiras invisíveis nas políticas e no amparo legal vigente). Além dos aspectos mencionados, cabe ainda ressaltar a importância de projetos ou propostas que garantam a formação continuada de todos os que trabalham na comunidade escolar.

(SASSAKI, 2003 apud LEITE e SILVA, 2008, p. 10-11, grifos nossos).

Como se vê, o currículo e suas adaptações devem ser compreendidas com atendimentos voltados para a transformação do sistema educacional afim que leve em consideração todos os alunos sendo eles alunos com ou sem necessidades educacionais especiais.

E, neste contexto, é necessário entender que a educação inclusiva não é somente a inserção de alunos em uma escola, pois o mesmo contexto requer uma adequação curricular que fomente as práticas educacionais inovadas, flexíveis e ajustadas aos diferentes alunos que nela ocupam e para isso a escola deve realmente ser um espaço que receba as mais diferentes e diversidades dos alunos que formam uma sociedade de acordo a sua

aprendizagem. Como afirma Aranha (2001, p.167),

criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, vem através da previsão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais, pois o envolvimento dele nesse campo se resulta em um indivíduo crítico e reflexivo sem olhar suas diferenças uma dificuldade diante da sociedade no qual vivemos.

Com isso, devemos ser flexíveis ao adaptar as práticas pedagógicas onde elas deverão estar com a missão de diferenciar os meios para igualar os direitos em aprender, podendo ser visto o direito à participação e ao convívio escolar e social. Nesse sentido o professor traz um papel de suma importância como corresponsável de interagir e possibilitar meios que levem a criança a se desenvolver no processo de conhecimento perante o mundo. Garantindo-lhe, assim,

uma rede contínua de apoio [...], com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo (SALAMANCA, 1994)

Portanto, deve se fazer valer a responsabilidade de cada docente ao trabalhar o currículo, preocupando-se em desenvolver as suas práticas pedagógicas em sala de aula respeitando a diversidade e características individuais dos alunos.

2.3 Educação inclusiva e PPP

É notório que para se ter uma educação inclusiva, as políticas públicas necessitam ser pensadas tendo por base a responsabilidade em desenvolver ações significativas com o intuito de superar e promover atitudes que sejam capazes de promover o conhecimento e a capacidade do indivíduo interagir socialmente uns com os outros.

Nesse sentido, para que a inclusão escolar exista, se deve redefinir ações que atendam a todos os alunos, sem olhar quem, como diz Mantoan (2001, p.51),

se não lidar como as diferenças é não perceber a diversidade que nos cerca, nem os muitos aspectos em que somos diferentes uns dos outros e transmitir, implícita ou explicitamente, que as diferenças devem ser ocultas, tratadas à parte.

Assim, fica bem definido que as adaptações só serão consideradas se realmente forem praticadas.

No entanto, para que isso aconteça a escola precisa realmente entender o que é a inclusão para que os alunos se sintam incluídos, apesar dos mesmos conseguirem identificarem que as escolas são bem diversificadas e cada um com sua individualidade, formando assim, um grupo social no qual exigem certa emergência na transformação do sistema educacional onde possa garantir a todos um ensino de qualidade. Bem como lembra Rodrigues (2012, p. 92),

a diferenciação curricular que se procura na inclusão *é a que tem lugar num meio em que não se separam os alunos com base em determinadas categorias*, mas em que se educam os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo das suas diferenças, em suma, uma diferenciação na classe assumida como um grupo heterogêneo (Grifo nosso).

Dentro desse contexto é necessário entender que o Projeto Político Pedagógico – PPP é um instrumento fundamental que propõe um desenvolvimento de ações educativas, devendo ser um documento voltado à prática inclusiva, pois todos têm direito a uma educação de qualidade.

E quando se refere a essa educação inclusiva, logo se deve enfatizar novas ações, metodologias e que dentro dessas estratégias incluam a participação da família fortalecendo e incentivando o mesmo no processo escolar onde está inserido. No entanto, como diz Freire (2005, p. 68) “o sujeito que escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele”. Então, o currículo escolar deve amparar todos os alunos onde suas necessidades sejam atendidas de forma igualitária, pois esse é o papel de importância para o educador, elaborar os conteúdos visando a necessidade educacional de cada educando. Como completa Cagliari (1991, p.14) é preciso que os professores “deixem de ser meros aplicadores de pacotes educacionais e sejam de fato *educadores, agentes transformadores* [...]” (Grifos nossos).

Desse modo, a escola deve analisar e refletir sobre as ações que serão inseridas no PPP, pois o mesmo terá o envolvimento e a participação de um todo, visando assim, atender um coletivo formado pela diversidade pautando princípios de igualdades, liberdades e qualidades para a educação inclusiva.

Conforme destaca Aranha, (2001, p. 9),

respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam

necessidades educacionais especiais: o acesso ao currículo; a participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; a consideração e o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais, no processo de elaboração: 1. do Plano Municipal de Educação; 2. do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; 3. do Plano de Ensino do Professor.

Partindo dessa ideia, fica claro que as escolas para serem inclusivas precisam de muito para que realmente aconteça, e isso se faz quando se tem o objetivo de fazer da qualidade do ensino/aprendizagem uma meta fundamental dentro da escola, com um olhar voltado a todos que necessitem aprender independente de cor, raça, formação física, nível social e outros, assim fica bem definido que o PPP é

O instrumento teórico-metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer. É nele que se estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população, por meio da definição dos princípios, dos objetivos educacionais, do método de ação e das práticas que serão adotadas para favorecer o processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças e adolescentes da comunidade (ARANHA, 2003. p.44).

Na perspectiva da educação inclusiva é possível visualizar as grandes e diversas etapas para que a mesma venha ocupar o seu espaço, mas ainda precisamos que a política nacional da educação especial possibilite orientação e capacitação para manuseio dos recursos disponibilizado em algumas escolas com salas de recursos multifuncionais, dentre esse recursos está a necessidade de adequação do PPP da escola à busca pela educação inclusiva, onde possa proporcionar aos alunos NEE o direito de aprender como os outros.

Dentro desse contexto, as práticas educacionais inclusivas devem proporcionar a todo o corpo escolar uma mudança na atitude e em suas ações desenvolvidas dentro da unidade escolar, objetivando, com isso,

todos os alunos a aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11).

Portanto, as escolas devem ser um espaço que forma cidadãos reflexivos e capazes de desenvolver ações contribuidoras para uma sociedade livre que possam adquirir conhecimentos e informações que levem os mesmos a serem pessoas que diferem uma das outras formando assim uma determinada sociedade, assim fica claro a importância do currículo com instrumento fundamental nesse processo.

2.4 Direito de aprendizagem do ANEE

Conforme nossa Constituição Federal (1988), “todos têm direito à educação”, de qualidade e inclusiva. Ressalta-se, com isso, a importância e cumprimento ao direito de todos a estudarem e a aprenderem tendo suas limitações respeitadas e atividades que sejam adaptadas as suas necessidades de modo que favoreçam a aprendizagem.

Convém informar que há escolas com salas de recursos multifuncionais e maneiras diversas em criar e confeccionar materiais que valorizem as aulas atendendo as necessidades educacionais que são apresentadas. Sobre isso Mantoan (2003, p. 41) diz que devemos rever os métodos aplicados para que o ensino e a aprendizagem sejam realmente para todos procurando atender alguns itens como

reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania, garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência e formar, aprimorar e valorizar o professor para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Diante disso, é sabido que as escolas ainda encontram dificuldades em acompanhar os educandos por falta de qualificação para se tornarem realmente uma escola inclusiva, porém é um desafio a ser superado, principalmente para garantir a todos os estudantes uma educação de qualidade, pois toda

criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades

de aprendizagem que são únicas;

Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta à vasta diversidade de tais características e necessidades;

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Contudo, é necessário que possamos levar em consideração o desenvolvimento de cada um, pois é sabido que ninguém é igual a ninguém somos todos sujeitos diferentes, mas independente de possuem necessidades especiais ou não possuímos características únicas de aprendizagem e isso deve ser levando em consideração nas propostas pedagógicas da escola.

Em nossa atualidade fica definido que precisamos mudar as práticas pedagógicas para que o ensino-aprendizagem que é de direito de todos venha acontecer de verdade. É imprescindível a superação de práticas segregadoras de ensino por práticas que visem à democratização e respeito à diversidade. Isso porque, é esse contexto que poderá oportunizar metas e possibilidades para que a inclusão escolar não seja sinal de apenas garantia de matrícula do aluno com necessidades educacionais especiais na escola, deve-se ir, além disso, e garantir também o acesso a práticas inclusivas a esses alunos, a todos os alunos. Nesse sentido, o nosso professor precisa ser:

Aquele que com todo o seu empenho, toda a sua vontade, toda a sua arte e toda a sua competência, trabalha na realização de um projeto educativo com a ajuda dos restantes profissionais e usufrui de todos os recursos para que o processo pedagógico seja mais eficaz (CRÓ, 1998, p.32).

E para garantia da aprendizagem dos nossos alunos com necessidades educacionais especiais, precisamos trabalhar na perspectiva de desenvolver uma política inclusiva que provoque o sistema educacional e curricular a se adequar às necessidades de aprendizagem dos nossos alunos e não o contrário.

III - OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

- Analisar as possibilidades de adequação curricular que a escola esteja preparada para fazer de modo a favorecer a inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais.

3.2 Objetivos Específicos:

- Identificar as adequações/condições físicas/pedagógicas da escola para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Identificar a percepção dos professores que atuam com alunos deficientes sobre a inclusão destes alunos em sala de aula;
- Verificar os conhecimentos que os professores de sala aula têm sobre adequações curriculares para alunos com deficiência.

IV - METODOLOGIA

4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

Para esse estudo será utilizada a abordagem qualitativa, pois, exige uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito, entre a objetividade e a subjetividade, ou seja, o pesquisador deve tentar interpretar a realidade dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica, uma vez que conceitos, teorias e descobertas não são plenamente atingidos na sua totalidade.

Para Chizzotti (2006, p. 82), na pesquisa qualitativa o pesquisador é parte fundamental e este deve

despojar-se de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem as conduzir pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos.

Os enfoques qualitativos têm como referência a pesquisa social que muitas vezes dá poder à voz das pessoas. Dar o poder de voz ao sujeito que fala, significa escutar a descrição do seu olhar, de práticas e vivências experimentadas a partir de um lugar e de um determinado tempo histórico e social diferente.

Para essa busca é necessário concentrar nos termos da etnometodologia, no sentido de que é preciso verificar como as experiências das pessoas são produzidas, recusadas, ou aceitas dentro do cotidiano de sala de aula, ou nos mais diversos espaços sociais.

4.2- Contexto da Pesquisa

A Escola Municipal J.P. P., localizada no Povoado do Marrequeiro no Município de Carinhanha-Bahia, é composta por 333 alunos, 27 professores, 01 coordenadora, 01 diretora e 01 vice-diretor, 09 pessoas de apoio incluindo faxineira, porteiro e merendeiras. Possui 08 salas de aula, 01 sala de recursos multifuncionais, 01 biblioteca, um laboratório de informática, um auditório, 01 refeitório, 01 cozinha equipada, 01 quadra em fase de acabamento e outros.

Esta Unidade de Ensino – UE foi campo dessa pesquisa, por motivo de encontrar

um número bem elevado de crianças com necessidades educacionais especiais , o que me levou a buscar o seu currículo para saber se estava trabalhando de forma onde todos os alunos fossem atendidos em suas necessidades.

4.3- Participantes

A pesquisa foi realizada com:

- a) A diretora tem doze anos e meio na área da educação e atua há 2 anos na gestão da escola.
- b) A coordenadora pedagógica tem doze anos na área da educação e atua há 1 ano na escola, acompanhando os planejamentos da mesma.
- c) A pesquisadora que, dentro de uma abordagem qualitativa, não pode eximir-se dessa participação.
- d) Com 12(doze) professores, sendo 02 do sexo masculino e as demais do sexo feminino, conforme descrito na tabela abaixo. Os mesmos serão durante a análise dos resultados identificados pela letra P de professor e pelo número de sequência.

Tabela 1 Dados dos professores

Entrevistados	Habilitações Acadêmicas	Anos de Experiência	Anos de Experiência com Educação Especial
P1	Licenciatura em Pedagogia/ Especialização em Gestão/ e em andamento Inclusão Escolar	09 anos como docente e 04 anos como supervisor de ensino e 02 anos e 10 meses como Secretário de Educação;	01 ano
P2	Licenciatura em Pedagogia/	11 anos como docente	02 anos
P3	Ensino Médio Completo	05 anos como docente	02 anos
P4	Ensino Médio Completo	13 anos como docente	03 anos
P5	Licenciatura em Geografia	14 anos como docente	04 anos
P6	Ensino Médio Completo	07 anos como docente	03 anos
P7	Licenciatura em Matemática/ especialização em gestão	25 anos como docente	01 ano

	Pública		
P8	Licenciatura em Biologia	23 anos como docente	02 anos
P9	Licenciatura em Historia	15 anos como docente	02 anos
P10	Licenciatura em Letras / pedagogia	12 anos como docente	03 anos
P11	Licenciatura em Pedagogia/curso de psicologia (andamento)	14 anos como docente	02 anos
P12	Licenciatura em Pedagogia	12 anos como docente	3 nos

4.4 – Materiais e Instrumentos de Construção de Dados

Neste estudo foram utilizados os seguintes recursos: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, folhas sulfite, gravador, questionários organizados de forma semiestruturada (ver Apêndices), constituídos de questões abertas e fechadas e um roteiro de entrevista para a entrevista em grupo.

O questionário, com 09 (nove) questões abertas, e 03 (três) fechadas, com a finalidade de identificar a forma de atender, agir e trabalhar com a inclusão escolar diante dos recursos que se encontram na escola. O roteiro de entrevista serviu de guia durante o diálogo da pesquisadora com o grupo de professores. Além disso, analisou-se os documentos da escola: Projeto Político Pedagógico (PPP), Planejamento de Unidade/Curso e Currículo, no intuito de analisar a congruência com o objeto de pesquisa.

4.5- Procedimentos de Construção de Dados

Pelo fato de a investigadora estar trabalhando na Secretaria de Educação permitiu uma melhor integração com os entrevistados. A pesquisadora convidou os mesmos para que pudessem fazer parte da pesquisa, alguns aceitaram e outros rejeitaram.

Foram feitas entrevistas individuais e dois momentos de entrevista grupal com o corpo docente. Além de entrevistas individuais com a diretora e a coordenadora da escola.

As entrevistas individuais foram realizadas na residência de cada participante. Na escola, em horário de coordenação em dois momentos distintos, foi realizada a entrevista coletiva, sendo organizado um grupo de diálogo com os 12 professores sobre o tema da

pesquisa a partir de algumas questões-guias, subsidiadas pelos objetivos do trabalho e pelo que fosse surgindo de importante e elucidativo para a investigação. Também foi realizada a observação do planejamento das aulas, para observar como o currículo é considerado.

A análise do PPP e a observação do planejamento, além de mostrar a percepção de educação, educação inclusiva e especial e concepção de planejamento/avaliação, serviram para subsidiar a condução da entrevista também.

4.5 - Procedimentos de Análise de Dados

A análise foi realizada com base em categorias construídas a partir dos objetivos específicos dessa pesquisa. Depois da orientadora e pesquisadora dialogarem e observarem os dados e as metas da investigação perceberam que as informações precisavam explicar as seguintes categorias:

- a) Inclusão escolar e Educação inclusiva (Concepção, possibilidades e desafios),
- b) Percepção dos professores/escola que atuam com alunos deficientes sobre a inclusão destes alunos em sala de aula, e
- c) Estratégias e adequações para a promoção da inclusão escolar no estudante com necessidade educacional especial.

Definidas essa etapa, os próximos passos foram: trabalhar os questionários, análise do PPP e diário de campo buscando dados referentes à adequação do currículo escolar às necessidades educacionais especiais do aluno e às condições da escola frente a proposta da inclusão, conforme segue descritos e apresentados no capítulo seguinte.

V - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação e a análise das informações obtidas na pesquisa foram organizadas com base nos objetivos do trabalho e das três categorias específicas, como descritas no capítulo anterior. A análise apresenta as falas dos entrevistados em itálico de modo a diferenciá-las das demais citações.

5.1 Inclusão escolar e Educação inclusiva

Em relação a essa categoria, pelas informações obtidas na pesquisa de campo, percebe-se que boa parte dos professores diz entender o que é Inclusão Escolar e Educação inclusiva, a partir dos conceitos de ‘incluir todos’, ‘propostas [pedagógicas] que viabilizem trabalhos a partir das diferenças’, tal como aparece nessas duas respostas:

“Eu acredito que a educação especial brasileira está cada vez mais se evoluindo. Pois ela tem percorrido um largo caminho até chegar aqui nos dias de hoje, e com isso percebemos que esta modalidade educacional visa um educação especial para todos, com propostas de escolas abertas às diferenças”. (P4)

“No meu ponto de vista, o que define uma educação especial, não é a sua classificação e fragmentação dos sistemas escolares, mas a capacidade da escola atender as diferenças na sala de aula sem discriminação e sem trabalhos a parte com alguns e sem estabelecimentos de regras específicos”. (P4)

Dessa forma, observa-se que os docentes têm tentando assimilar, pelo menos, em seus discursos, a concepção de Inclusão Escolar e Educação Inclusiva a partir da inserção dos estudantes às práticas pedagógicas com base na diversidade de suas necessidades e não da homogeneidade. Essa visão faz convergir com a garantia de “todos” serem atendidos em seus direitos educacionais, como advoga nossa Constituição Federal de 1988, em seu capítulo III, Art. 205:

A educação, *direito de todos* e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao

pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Grifo nosso).

Em complemento a essa questão ao se questionar sobre de que maneira a educação brasileira pode estar se adequando à inclusão, as respostas variaram entre aqueles que creem no avanço e possibilidades:

Eu acredito que a educação especial brasileira está cada vez mais se evoluindo. Pois ela tem percorrido um largo caminho até chegar aqui nos dias de hoje, e com isso percebemos que esta modalidade educacional visa uma educação especial para todos, com propostas de escolas abertas as diferenças. (P4)

Ainda temos um longo caminho a percorrer quando se trata de maneira consciente e prática. O processo de conclusão escolar está se adequando nas escolas do ensino regular devido a necessidade de todos terem o mesmo direito por uma educação com qualidade. (P7)

Aqueles que apresentam certo receio em termos dos possíveis avanços:

“Hoje o nosso país busca a inclusão escolar, tentando colocar as leis em prática, mas sabemos que a dificuldade é muito grande e depende muito um do outro para que essa inclusão venha aparecer e todos serem digno da participação o meio social”.(P1)

A educação brasileira está ainda longe de adequação à inclusão uma vez que incluir uma pessoa diz respeito ao próprio respeito para com o ser humano em suas possibilidades. Enquanto, não houver esse propósito de aceitação da pessoa vista de forma humanizada será difícil incluir alguém sem um olhar “atravessado” de outros que se veem como superiores, e não dão o verdadeiro valor para as pessoas. (P10)

E aqueles que apostam na necessidade de implementação e viabilizam de estrutura e de recursos adequados e a necessidade de que haja formação inicial e contínua do professor para isso:

Através dos recursos que vem para a escola na escola existe uma sala a escola tem conforme as leis adaptações, mas estamos em falta de um profissional para trabalhar nesta área. (P9)

De forma participativa e respeitosa, realizando palestras que venham informar a importância da inclusão na educação como perspectiva de melhorar a qualidade de ensino. (P11)

Abrindo espaço para o debate com os educadores escolar, oportunizando a formação continuada. (P12)

Preparando os profissionais para atender as demandas existentes na sociedade. (P8)

Através da ação que possa possibilitar essa inclusão partindo de toda a esfera educacional na formação e capacitação dos professores. (P5)

Partindo do interesse pessoal, do espaço escolar e principalmente das políticas públicas adequando-se a realidade. (P6)

Com salas adequadas para os alunos com salas equipadas, para aqueles que necessitam com recursos tecnológicos aonde o aluno possa se interagir durante o tempo que estiver na sala. (P2)

Posicionamentos que são evidenciados também no momento da segunda fase da entrevista no grupo de diálogo com a pesquisadora. Ao serem questionados como isso ocorre na escola/realidade da educação de Carinhanha, constata-se que os profissionais não enxergam como um processo fácil, conforme fica expresso em suas falas: “– ... *todos só falam mas ninguém faz nada*”(P11), enquanto (P3) diz “– ... *na maioria das vezes tem até vontade de mudar, mas quando a gente não tem preparo para aquilo a gente recua né...*” sendo assim, é percebido o despreparo, a carência na formação dos professores ao lidar constantemente com alunos com necessidades educacionais especiais nas classes de ensino regular e a oposição de lados entre quem acredita e faz, quem acredita e não faz e dos que nem acreditam e nem fazem, como na fala sequência a seguir:

“–Eu acredito que a educação especial brasileira está cada vez mais se evoluindo. Pois ela tem percorrido um largo caminho até chegar aqui nos dias de hoje, e com isso percebemos que esta modalidade educacional visa um educação especial para todos, com propostas de escolas abertas as diferenças”(P4).

“– Não vejo isso”. (P8).

E ao analisar as respostas pode-se perceber que os profissionais estão em processo de evolução em relação ao tema proposto, podemos observar que ainda se apresentam um tanto inseguros mediante o desafio, talvez como explica Mantoan (s.d., p.7), se deva pelo fato de a maioria terem uma

uma visão tradicional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é rejeitado. Também reconhecemos que as inovações educacionais abalam a identidade profissional, e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los.

Além disso, a autora continua, a “inclusão escolar remete a escola a questões de estrutura e de funcionamento que subvertem seus paradigmas e que implicam em um

redimensionamento de seu papel, para um mundo que evolui a ‘bytes’” (p. 12, Grifo da autora).

Contudo, os elementos assinalados pelos docentes: estrutura/recursos adequados e, principalmente, formação contínua são variáveis indispensáveis ao sucesso da implementação da Inclusão escolar dos estudantes com e sem deficiência e/ou necessidade educacional especial.

Os professores e coordenadora deixam transparecer em suas colocações que o direito de se ter uma educação de qualidade é de todos, mesmo que não estejam preparados e que precisam de treinamento para um melhor atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, como afirma Nóvoa (1997, p.109)

Educar significa instituir a integração dos educandos como agentes em seu lugar designado num conjunto social, do qual nem eles, nem seus educadores, têm o controle. Significa assegurar ao mesmo tempo a promoção desses mesmos educandos e, portanto, de seus educadores, em atores de sua própria história individual e da história coletiva em curso.

Com base na análise no PPP da escola e das falas transcritas dos professores, pode-se constatar a ausência de uma adequação da escola para atender os alunos com NEE, apesar de estarem lidando diariamente com esses alunos. No entanto, essa ausência de qualificação docente e adequação no PPP da escola gera um estado de insegurança e angústia em grande parte dos professores que leciona para alunos com NEE.

5.2 Percepção dos professores/escola que atuam com alunos deficientes sobre a inclusão destes alunos em sala de aula

Essa categoria visa organizar informações que demonstram como os profissionais/escola em suas práticas atuam em termos de favorecimento do processo de inclusão escolar dos seus estudantes.

Assim, em relação aos professores pesquisados que atuam em sala de aula com alunos que tem NEE, mesmo tendo apenas um conhecimento prévio concebido com as convivências, percebe-se que os professores entrevistados falaram possuir experiências há algum tempo ou já terem lidado com alunos com deficiência no contexto de sala de aula

regular. Com isso, alguns responderam que fazem um planejamento diferenciado tentando levar conhecimento aos alunos com NEE.

Então, durante a pesquisa com os professores, ao procurarmos saber sobre como são planejadas as aulas e se há ajuste às necessidades e condições do estudante com deficiência, responderam

Devemos planejar com carinho e atenção com a finalidade da situação de cada um. Com atividades dinâmicas.(P2)

O planejamento teórico é o mesmo, porém com uma metodologia diferenciada. (P3)

As aulas são planejadas de modo que atendam as necessidades dos alunos, procurando suprir as suas especialidades, sejam elas físicas ou psicológicas. (P4)

As metodologias fazem toda a diferença, desde que (visem) priorizem as necessidades dos alunos no âmbito de dar condições aos mesmos de se posicionarem.(P5)

São planejadas de acordo com a proposta pedagógica da escola, procurando meios para atender a necessidade do alunado conforme sua realidade e a do mundo com objetivos a serem alcançados e que propõem os cursos e de suas finalidades.(P7)

As aulas são trabalhadas como se todos alunos fossem ditos normais.(P9)

Como se pode destacar nas falas dos entrevistados, indicam a preocupação em atender as crianças/estudantes em suas necessidades pedagógicas específicas, mas, ao observar o cotidiano da escola e as aulas de alguns desses professores, percebe-se que uns e outros dizem até tentar trabalharem, mas diante do que foi visto o seu planejamento é o mesmo (padronizado) para toda a turma e as atividades não são adaptadas à realidade do seus alunos. Assim, acaba deixando o aluno da mesma forma que entrou, onde ele esta sendo incluso somente dentro da escola.

E ainda há aqueles que não se demonstrara tão entusiastas assim:

Se não há recursos disponíveis, também não há ajuste à necessidade do aluno.(P10)

São planejadas de forma não muito coerente pois, quando se fala de inclusão é sempre difícil fazermos tudo que queremos, pois, a demanda é grande e as dificuldades de aprendizagem dos alunos cada dia aumenta. Não sobra muito tempo disponível para as crianças consideradas diferentes sem falar que nós profissionais não temos formação para fazemos um trabalho(P11).

Temática que envolva, chame a atenção, trazer para a realidade do aluno para sala. Uso de materiais diversificados. Às vezes falta conhecimento para lidar com essas questões (P12).

Essas duas situações analisadas preocupam, pois como afirma Mazzotta, (1993, p.14) a “educação especial e a situação de excepcionalidade na educação escolar dependem fundamentalmente da qualidade ou da competência dos professores”.

Na questão seguinte, buscou-se saber como acontece a relação entre a teoria com base na questão da educação inclusiva com a prática pedagógica no trabalho com o alunos com necessidades educacionais especiais - ANEE

Trabalhar com esses jogos, bingos levar para sala os prêmios para aqueles que serão os vencedores, fazer atividades interativas para que o aluno gosta (P2)

A teoria precisa ser clara e objetiva. A prática trabalhar com o coração aberto e alegre deixando as coisas ruim de lado (P3).

A união da teoria com a prática pedagógica pode ser possível em um contexto onde pode ser valorizada através do que você faz, pois com a existência de um espaço de acompanhamento e supervisão venha contribuir para que os trabalhos diretos com os alunos possam surtir efeito. Por outro lado, é importante que se entenda que a ausência de recursos, pode ser superada se houver investimentos de mudanças nos atendimentos. (P4)

através de projetos, (aulas) pesquisa de campo, debates dentre que possibilitem os alunos a serem posicionarem criticamente.(P5)

Tentamos viabilizar a um contexto na expectativa de facilitar à aprendizagem do aluno incluso, porém, nem tudo se consegue alcançar, talvez por ausência de recursos disponíveis ou por falta de outra instituição, mesmo assim pode ser superada se houver investimento e mudanças nos contextos de atendimento(P7).

Observa-se que mesmo existindo professores que disseram trabalhar com a inclusão dos ANEE em sala de aula, vimos também dificuldades encontradas por outros que ainda não conseguem desenvolver/enxergar um trabalho onde realmente todos sejam participativos e que haja essa integração entre teoria e prática.

“Tentamos viabilizar a um contexto na expectativa de facilitar à aprendizagem do aluno incluso, porém, nem tudo se consegue alcançar, talvez por ausência de recursos disponíveis ou por falta de outra instituição, mesmo assim pode ser superada se houver investimento e mudanças nos contextos de atendimento”. (P7)

“Essa união em teoria e prática muitas vezes não dão certo pois planejamos um conteúdo e sempre fica a desejar. Hoje os alunos estão tendo uma certa dificuldade em chegar a nossa expectativa. Porém tenta sempre”.

(...)

“Os alunos são inclusos nas horas das atividades orais, na maioria das vezes consigo retirar algo deles. Porém acompanhar o resto da turma não tem como”(P11)

“Os alunos são inclusos nas atividades em grupo qualitativos, mas não posso garantir que os mesmos acompanham o resto da turma. Essa falha vem desde muito tempo; Sinto-me em dívida nessa parte”.(P6)

Segundo Mittler (2003, p. 35), a “inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”. Portanto, precisa haver qualificações contínuas para que os professores venham desempenhar cada vez melhor o seu papel na sua trajetória profissional.

Também se perguntou aos profissionais sobre em que situação os ANEE são inclusos e, como professore (as), o que estão fazendo para que os mesmos acompanhem a turma, as principais respostas:

A secretaria fornece auxílio no que está em nosso alcance, tendo buscado meios que melhora essa situação tendo atendimento no NAEIC¹ e as salas multifuncionais que existem em algumas, mas sabemos é muito pouco para aquilo que almejamos (P1).

Buscar uma forma adequada para todos, mas voltar atenção mais aquele especial que seja a mesma atividade, mas com forma diferente de trabalhar (P2).

Os alunos são inclusos de acordo o comportamento de cada um, na hora do controle de classe, precisamos ter sabedoria como agir (P3).

Mediante proposta pedagógica, igualitária, porém metodologia diferente, ora com êxito, hora sem sucesso (P5).

... Considero uma questão não só da escola e sim da sociedade também. Quanto ao acompanhamento desses alunos inclusos estabelecemos estratégias de ensino adequadas para promover o desenvolvimento integral do educando(P7).

Diante das deficiências existentes, vale ressaltar a importante tarefa de organizar o público no sentido de se fortalecer e do suporte uns aos outros (P8).

1 Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhonha

A família é muito distante ainda mais se os alunos são especiais eles não aceitam que os alunos tem alguma deficiência (P9).

Situações de socialização acompanhamento, familiar na escola, atividades diferenciadas que possa ajudá-los a acompanhar a turma(P10).

Os alunos são inclusos nas horas das atividades orais, na maioria das vezes consigo retirar algo deles. Porém acompanha o resto da turma não tem como (P11).

O comum são os alunos participarem no horário de aula normal, e após participar da sala de recursos (obs. há meses não funciona) tem o atendimento um dia no reforço escolar (P12).

As práticas estão em sua maioria justificadas pelos docentes como “metodologia diferenciada”, porém não ficando claro como podem ser sinal de inclusão em suas especificidades, o que leva a questionar se tem a ver com o que já foi abordado anteriormente sobre a falta de preparo desse profissional em trabalhar com a diversidade e com a inclusão em sala de aula, desconforto inclusive que um dos entrevistados apresenta : *Os alunos são inclusos nas atividades em grupo qualitativos, mas não posso garantir que os mesmos acompanham o resto da turma. Essas falhas veem desde muito tempo; Sinto-me em dívida nessa parte(P6).*

Em observação às falas, são frequentes quando dizem que o aluno “não acompanha os outros”, no entanto, se percebe que a falha está relacionados não aos alunos e sim à inadequação do PPP da escola, ao procedimento, aos objetivos e/ou à avaliação realizada pelo professor. Situação que percebemos denunciada no seguinte desabafo da coordenadora pedagógica:

“Faço planejamento com eles, mas muitos deles tem uma certa resistência ao trabalhar o que é planejado, sei que falhei por não ter iniciado no primeiro momento a reestruturação do PPP com um olhar voltado a inclusão do aluno com necessidade, e procurar realmente atender esses alunos com atividades voltada para que todos aprendam”.

Para Mantoan (s.d., p. 2) essa situação só se resolverá quando a escola regular assumir “que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada”.

Contudo, uma das entrevistadas apresenta o que poderia sinalizar caminho e solução para a questão a partir do redirecionamento do olhar da escola/professores:

Quando incluímos um aluno com deficiência há todo um processo em volta dele, pois todas as crianças entre as que têm ou não algum tipo de necessidade são diferentes, mas igual em um aspecto, todas precisam aprender, cada um de nós somos únicos e não existe uma regra que funcione pra todos, o ritmo de aprendizagem é individual, cada um tem o seu (P4).

A educação precisa realmente ganhar apoio e a superar os entraves encontrados no cotidiano escolar como afirma Arroyo (2000, p. 10),

Recuperaremos o direito à Educação Básica universal para além de ‘toda criança na escola’, se recuperarmos a centralidade das relações entre educadores e educandos, entre infância e pedagogos. Colocando seu ofício de mestre no centro da reflexão teórica e das políticas educativas. Colocando os conteúdos e os métodos, a gestão e a escola como mediadores desta relação pessoal e social. Como meios Deixando de ver os professores(as) como recursos e recuperando sua condição de sujeitos da ação educativa junto com os educandos.

Portanto, é do conhecimento que todos os professores assumam o seu lugar de mediador do conhecimento e estratégias inovadoras para que o seu trabalho de resultados em seu contexto escolar disponibilizando para cada aluno uma construção de vivências que serão conduzidas por uma educação de qualidades para todos.

5.3 Estratégias e adequações para a promoção da inclusão escolar no estudante com necessidade educacional especial

Nessa categoria a maior preocupação é compreender como os docentes e a escola se percebem no processo de atuação e de desenvolvimento das práticas e estratégias trabalham com as adequações para o ANEE.

No grupo de diálogo à indagação da pesquisadora sobre os tipos de adequações realizados na escola para a adaptação dos estudantes com necessidades especiais, **P2** respondeu:

“Aqui em nossa escola tivemos a sorte de termos uma sala de multifuncional, um banheiro próprio para o aluno especial que usa cadeira de roda e também a escola comprou a cadeira com recurso de programa acessível, mas não temos habilidade para mexer nos recursos que tem na sala, precisamos de uma capacitação”.

Ao que foi seguido pelo seguinte diálogo sem interrupção da pesquisadora:

– “...tudo que fala só fica no falar”. – [retruca a resposta anterior a **P4**].

– “A escola é nova, foi feita rampas e corrimãos adequando-se as necessidades especiais, estando em processo de construção outras coisas” (P6)

– “Não vejo isso” (P8).

– “A escola tem o Programa escola acessível², onde todos aqui têm conhecimento, pois foi falado sobre o mesmo e com isso favoreceu algumas adequações devido recurso financeiro disponível para tal, nesse sentido, posso citar adequações num banheiro para cadeirante, a escola é nova e possui rampas, corrimão, sala de recursos multifuncionais” (P12)

Os demais profissionais ficaram meio quietos a pesquisadora pediu para que falassem e dessem suas opiniões, ao que P4 desabafou: “... a escola esta bem adaptada, mas precisa melhorar outras coisas”.

Assim, ao serem questionados se trabalham com adequação curricular, a maioria dos professores disse que não trabalha. Segundo P12: “a adequação é algo que às vezes devia acontecer, mas precisaria que o professor promovesse alterações em suas estratégias quanto ao conteúdo que irá trabalhar em sala de aula. Os professores demonstram dificuldades em fazer essas adequações para atender melhor o aluno especial”, e para P8 “Não trabalho, mas gostaria de trabalhar desde que haja capacitação para isso, pois até o momento o município só capacitou alguns para o NAEIC isso não é justo”. Diante disso fica a mostra a dificuldade em trabalharem com o currículo adaptado aos alunos com necessidades educacionais especiais, assim sentindo-se impotentes diante desse desafio.

Desse modo, transparece que o maior obstáculo do processo de inclusão da escola seja a falta de uma formação inicial e continuada para os professores para trabalharem com ANEE.

Nesse sentido, procurou-se saber o que a Secretaria Municipal de Educação de Carinhanha vem contribuindo para que a inclusão escolar realmente aconteça, apenas três dos participantes se manifestaram para responder. Segundo P12 : “... a secretaria auxilia no que pode, pois tudo que até o momento conseguimos aqui na escola foi por suas adesões”,

2 Sobre o Programa Escola Acessível Pelo do Governo Federal, a escola foi contemplada por esse programa que tem ações voltadas a atender os alunos com NEE da escola com o objetivo possibilitar a aprendizagem e estrutura física da escola .

porém P5 falou: *“Precisamos de capacitações para usar as coisas”*, e P7 acrescenta que *“não adianta a secretaria ou a escola fazer as coisas e nós professores não cumprirmos com nossas responsabilidades, né verdade?!”* .

No entanto, diante da entrevista com a diretora e a coordenadora, as mesmas falaram sobre o apoio que o secretário vem dando para que a educação inclusiva aconteça, assim a diretora fala:

“Nossa escola hoje em vista de muitas outras está bem preparada para receber os alunos com necessidades especiais da comunidade, pois o secretario fez uma adesão para que a mesma fosse beneficiada com a sala de recursos, onde nela temos computadores, impressora e vários materiais pedagógicos para os professores trabalharem, porém os mesmos não fazem manuseio, eles alegam não saberem manuseá-lo, mas creio que se tiver força de vontade eles conseguem , basta querer e buscar”.

Percebe-se que existe certo jogo sobre de quem é a culpa, pelo trabalho não realizado para e com o ANEE e quanto isso, os avanços não ganham forma.

Para essa mudança acontecer, segundo Casagrande (2009, p. 27), é relevante ocorrer as seguintes adaptações

ao espaço, para permitir que todos tenham acesso às dependências da escola; *Tempo*, determinação de um período maior para que as crianças e jovens possam retomar conteúdos e realizar tarefas mais complexas, etc.; *Conteúdo*, adequação do planejamento de cada aula para garantir que estudantes com necessidades educacionais aprendem bem parte da matéria; *Recursos*, Materiais didáticos ou estratégias para ensinar determinados conteúdos facilitando a aprendizagem (Grifos nossos).

Contudo, vê-se que tais avanços ainda estão longe de serem processados, pois apesar de percebermos que os profissionais e escola compreendem a relevância do assunto, a prática ainda é algo distante, ou seja, viabilizar meios para propiciar a qualidade do processo de aprendizagem a todos os estudantes, ainda é o maior dos desafios para a inclusão escolar. Assim, pode-se constatar que a educação inclusiva não é tarefa fácil de resolver só com adequações físicas, pois há a necessidade de se também fazer adequações e ressignificações de “conteúdo”, de “tempo”, de “metodologia”, de “concepção de ensino-aprendizagem”, etc. .

Embora educadores, familiares e comunidade em geral busquem uma escola de melhor qualidade para todos, para que haja inclusão escolar é necessário que a escola forneça subsídios e ofereça também aos alunos ótimas condições de ensino-aprendizagem, sendo necessário, então, incorporar no currículo e no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, avaliações, estratégias de ensino, novas metodologias que possam levar aos estudantes com necessidades educacionais especiais a desenvolverem tanto dentro da escola regular quanto na classe comum.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho pude concluir que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais traz um processo que exige muita dedicação e respeito, tanto do profissional que recebe esse aluno quanto da família, tendo assim, uma aceitação diante de suas diferenças seja qual for.

Diante disso, a educação inclusiva na escola pesquisada demonstrou um distanciamento entre a realidade e as falas dos professores participantes, ficando claro que escola inclusiva que se espera precisa de garantias para que o acesso a esses alunos seja real, precisa de apoios, ajustes e adaptações/adequações necessárias, visando a aprendizagem e a sustentabilidade dos sistemas de ensino para o cumprimento de suas finalidades educacionais.

A referida Unidade Escolar possui muitos recursos e até possibilidades de atendimento em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), como proposto pelo Plano Nacional da Educação Especial (2008), porém são recursos pouco explorados ou até mesmo desconsiderados por parte de alguns professores que não se sentem preparados para manuseá-los. O que ficou evidenciado a necessidade de investimento e assessoramento do professor para que estes sejam um agente mediador do contexto educacional, no qual a mesma é composta por uma diversidade educativa especial.

Essa questão da formação evidencia também o fato de ficar demonstrado que os docentes reconhecem a necessidade de se atender esse aluno em suas diferenças e de promover sua inclusão em favor da aprendizagem de todos, porém apesar de perceberem essa relevância chegam a confessar que seus esforços são em vão ou não são suficientes para garantir isso ao ANEE que, de alguma forma, acaba ficando à margem do que os ditos normais estão fazendo/aprendendo.

Com base no objetivo inicial do trabalho, em identificar e analisar as possibilidades de adequação curricular e se a escola está preparada para fazer essa adequação de modo a favorecer a inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais, conclui-se que a escola pesquisada possui boas adequações físicas para atendimento aos ANEE, porém, em termos de adequações de conteúdo e metodologia, ainda não conseguiu atender

a esse objetivo.

Portanto, é de grande importância dar continuidade a essa pesquisa para que a escola vise a especificidade de cada aluno especial, forneça subsídios para que o professor possa identificar as dificuldades e limitações dos alunos.

Diante disso, é fundamental que dentro de um contexto da Educação Inclusiva o município de Carinhanha e a escola pesquisada tenham trocas de experiências, estudos e atualizações metodológicas, possibilitando um caminho para a formação do professor e melhor ensino aprendizagem ao aluno com ou sem necessidade educacional especial e, assim, ter um o processo de ressignificação, transformação e construção de valores, visando o real sentido da inclusão escolar.

Com isso, esse trabalho demonstra a necessidade de investimento em formação docente, em supervisão do trabalho pedagógico para atender à diversidade na escola e utilização de recursos e tecnologias para a inclusão não apenas do ANEE, mas de todos os alunos e atualização do PPP e sua efetiva prática em articulação com a realidade escolar.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M.S.F. **Formando Educadores para a Escola Inclusiva**. 2002. disponível em: www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2002/feei/teimp.htm . Acesso em 20 de abril 2007.
- _____. **Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos – a fundamentação filosófica – a história – a formalização**. Versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, nov. 2003.
- _____. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XI (21). 2001.
- BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: BRASIL, **Avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais**. Secretaria de Ed. Especial. Brasília: MEC/ SEESP, 2002
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC /SEF/SEESP: 1998.
- _____. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Resolução CNE/CBE 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001 – Seção 1E, p. 39-40
- _____. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nova LDB (Lei n. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1997.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial –MEC/SEESP, 2001.
- CAGLIARI L. C.. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione,1991.
- CASAGRANDE, C. A. **Educação, intersubjetividade e aprendizagem em Habermas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: vozes, 2006.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

CORREIA. L.M . **Alunos com NEE Nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.

CRÓ, M. **Formação Inicial e Contínua de Educadores/Professores. Estratégias de Intervenção**. Porto: Porto Editora, 1988.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais** In: Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso: 24 de outubro de 2015.

FREITAS, S. N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In: RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

GÓES, M. C. R. **A Natureza social do desenvolvimento psicológico**. Caderno CEDES, Campinas, n.24, p.21-29, 1991.

GÓES, M.C.R. de; LAPLANE, A.L.F. da. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

LEITE, L. P. e SILVA, A.M.da . **Práticas educativas: adaptações curriculares**. In: CAPELLINI, V.L.M.F. (org.) **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru: MEC/FC/SEE,2008.

MANTOAN, M. T. **Inclusão escolar- o que é ? Por quê? O que fazer? . 2 ed.** SP: Summus, 2003.

_____. **Abrindo as Escolas às Diferenças**. In: MANTOAN, M.T.E. (org.) **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade**. S. P.: Moderna, 2001. p.109-128

_____. **Todas as crianças são bem-vindas à escola**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.16.htm>. Acesso em 25 de novembro de 2015.

_____. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Editora Scipione, 1998.

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: E.R.U., 1993.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: ed. Artmed. p.17 a 38, 2003.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: _____. (Coord.). **Os professores e sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RODRIGUES, Irene E. **Salas de recursos multifuncionais e salas regulares**: uma parceria imprescindível ao processo de inclusão educacional. Anais do V Congresso Brasileiro de Educação Especial e VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial, 2012. UFSCar: São Carlos, p. 1257-1272.

SASSAKI, R. A educação inclusiva e os obstáculos a serem transpostos. **Revista Integração** .N 20, Ano 8, pp. 810,1998. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108:entrevista-com-romeu-kazumi-sasaki-realizada-pela-secretaria-de-educacao-especial-do-ministerio-da-educacao-e-do-desporto&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17

APÊNDICES

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES, DIRETOR E COORDENADORA



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Formação nível superior: () sim () não Qual? _____

Pós- graduação: () sim () não Qual? _____

Tempo de atuação na educação : _____

Tempo de atuação como regente de classe: _____

1. De que maneira a educação brasileira pode estar se adequando à inclusão, de maneira consciente e prática?
2. Em seu ponto de vista, quais elementos necessários para que haja a inclusão de alunos dentro da sala de aula?
3. Qual a sua concepção de inclusão? E de Educação Inclusiva?
4. Fala-se de tanto em inclusão escolar, essa inclusão geralmente se refere aos alunos portadores de necessidades especiais ou de diferentes classes sociais. E você como professor (a) coordenadora ou gestora da escola vem fazendo para mudar essa realidade? Como?
5. Como vem sendo a colaboração de inserção do sujeito considerado “diferente” em sua escola e qual a sua contribuição diante da sala de recursos multifuncionais que existe em sua escola?
6. Que atitude (nós professores e a escola) devemos tomar perante aquelas alunos nos quais já passaram pela escola, não se sentiram incluído e não querem mais voltar pra lá?
7. Como são planejadas essa aula e você ajusta às necessidades e condições desse aluno?
8. Gostaria de saber em que situação os alunos são inclusos e como professor (a) o que esta fazendo para que os mesmos acompanhem o resto da turma?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COLETIVA



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

1. Na sua escola , quais tipos de adequações foram realizadas para a adaptação dos estudantes com necessidades especiais?
2. Vocês trabalham com adequação curricular? Em caso positivo, como acontece? Em caso negativo, você sabe como faz?
3. Que atitude a Secretaria Municipal de Educação vem contribuindo para que a inclusão escolar realmente aconteça?

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e
 Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
 Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

_____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^ª Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B - ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

_____, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

ANEXO C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Coordenador(a) pedagógico,



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
 Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Coordenador(a) pedagógico,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre *Adequação curricular - possibilidades ao processo de inclusão escolar no município de carinhanha - Bahia*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de *gravações em áudio; entrevistas, observações, questionários e Análise de documento*.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como *gravações em áudio; entrevistas e questionários*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

ANEXO D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO diretor(a),

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) diretor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre *Adequação curricular - possibilidades ao processo de inclusão escolar no município de carinhanha - Bahia*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de *gravações em áudio; entrevistas, observações, questionários e Análise de documento*.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como *gravações em áudio; entrevistas e questionários*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

ANEXO E- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Professor(a),



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre *Adequação curricular - possibilidades ao processo de inclusão escolar no município de carinhanha - Bahia*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de *gravações em áudio; entrevistas, observações, questionários e Análise de documento*.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como *gravações em áudio; entrevistas e questionários*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____